

Pobreza e território usado: aproximações às estratégias de sobrevivência na Região Central Histórica de Santos

Poverty and geographic space: approximations of the survival strategies of Historical Central Region of Santos

Nathália Franco Macedo*

Anita Burth Kurka**

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre as estratégias de sobrevivência de um grupo de mulheres, atendidas por uma organização socioassistencial e moradoras da Região Central Histórica de Santos, município do litoral sul de São Paulo, frente às transformações socioterritorial, geradoras de desigualdade social e pobreza. Como metodologia optou-se pela abordagem qualitativa, envolvendo observação de campo, entrevista semi-estruturada e revisão bibliográfica e documental. Os resultados deste trabalho apontam para o estabelecimento de uma rede dinâmica e articulada entre os serviços das políticas sociais e a utilização do território de modo estratégico pela população, na tentativa de dar respostas às suas demandas e necessidades.

Palavras-chave: Estratégias de Sobrevivência. Pobreza. Transformações Socioterritoriais.

Abstract: This article presents a reflection on the survival strategies of a group of women, assisted by a social welfare organization and residents from Historical Central Region of Santos, a city on the south coast of São Paulo, facing socio - spatial transformations, generators social inequality and poverty. We, opted for the qualitative approach methodology, involving field observation, semi-structured interview, bibliographical and documentary review. The results of this work point to the establishment of a dynamic and articulated network between the services of social policies and the use of the territory in a strategic way by the population, in an attempt to respond to their demands and needs.

Keywords: Survival Strategies. Poverty. Social Space.

Recebido em 04/02/2018. Aceito em 23/03/2018

* Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é estudante de pós-graduação no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: nframacedo@gmail.com.

** Possui doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo-campus Baixada Santista do curso de Serviço Social do Instituto Saúde e Sociedade. E-mail: anitakurka@gmail.com.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre aspectos da Região Central Histórica de Santos, município localizado no litoral sul de São Paulo, em suas características históricas e de ocupação do seu território, tendo em vista as estratégias de sobrevivência de um grupo de mulheres residentes atendidas por uma organização socioassistencial. A questão que norteou o campo investigativo da pesquisa, dando origem a este trabalho, ocupou-se das ações dos moradores da região, que buscam dar respostas às suas demandas utilizando-se do território, em um contexto de transformações socioespaciais em que as lógicas de mercado geradoras de desigualdade e pobreza ganham destaque.

A Região Central Histórica de Santos, composta pelos cinco bairros mais antigos da cidade (Centro, Paquetá, Valongo, Vila Mathias e Vila Nova), é lugar de uma paisagem diversificada, na qual se localiza a parte mais antiga do Porto de Santos, a linha do trem para escoamento de carga, contêineres empilhados e empresas de exportação que se mesclam, durante o dia, com o centro de comércio formal e informal. Durante a noite, pela diminuição da atividade portuária e do comércio, sobressaem as movimentações relacionadas a prostituição e ao tráfico de drogas, bem como ganham evidência a população em situação de rua e moradores locais. Trata-se de uma região constituída por casarões antigos, construídos pela elite santista no início do século XX antes de sua migração para região da Orla, apropriados posteriormente por parte da população em condições de pobreza, formando um aglomerado de cortiços insalubres.

A expressão “à pátria ensinamos a liberdade e a caridade”, inscrita no brasão de município, é representativa do processo subsequente à urbanização da Orla e ocupação da região central histórica por populações vulneráveis a riscos sociais e revela, por um lado, a presença e força das ideias de caridade na construção da cidade pela elite santista e no estabelecimento de instituições filantrópicas, e por outro, ainda que em aparente contradição, a assimilação das lutas, resistências, movimentos progressistas e a participação dos cidadãos nas mais diferentes épocas em busca da transformação da cidade. As intervenções, sejam elas de caráter caritativo

ou progressista, se costumam na cultura local e projetam-se nas ações tomadas pelos grupos sociais (LINS, 1999).

Atualmente, a região central histórica não abriga pontos específicos, mas uma rede diversificada de serviços socioassistenciais públicos e privados voltada ao atendimento da população. Ao mapeá-la em levantamentos anteriores, constatamos, contudo, que algumas das mudanças que ocorrem em seus projetos de atuação podem estar relacionadas com as necessidades e propostas dos próprios sujeitos atendidos, tendo em vista suas demandas e necessidades, e não somente na intencionalidade unidirecional que regula as propostas caritativas.

Nesse sentido, relatamos aqui a situação de um grupo de mulheres, mães, atendidas por uma organização socioassistencial¹ da região, que frente às mudanças na cidade e nas relações sociais estabelecidas relatadas acima, passaram a solicitar um programa específico capaz de acolher e desenvolver um trabalho socioeducativo com seus filhos adolescentes, evitando ou diminuindo sua permanência nas ruas durante o período de atividades cotidianas das mães e, conseqüentemente, possíveis envolvimento com o tráfico de drogas local, que costuma servir-se de jovens meninos como “aviãozinho”².

Observa-se, portanto, que as necessidades da população atendida refletem no processo de formação, estabelecimento e atuação da organização socioassistencial em foco, revelando-se como expressões da Questão Social³, como a pobreza o trabalho infantil associado ao tráfico de drogas e a prostituição.

Estas expressões, portanto, estão relacionadas com as transformações socioterritoriais ocorridas durante a urbanização e expansão da cidade de Santos, e as implicações nas novas dinâmicas de mercado das relações sociais e econômicas estabelecidas. Em decorrência percebe-se o acirramento da desigualdade socioespacial

¹ Por razões éticas o nome não será revelado.

² Termo empregado, na linguagem local, para se referir à pessoa que faz a mediação ou o transporte da droga entre o comprador e o traficante.

³ A questão social é entendida como expressão do conjunto de desigualdades e exploração de uma classe social pela outra, engendradas pelas relações de produção (capital/trabalho) constitutivas do capitalismo (NETO, 2001).

assim como novas demandas e oportunidades oferecidas pelas políticas públicas, como por exemplo a inserção de pessoas de baixa renda no sistema de ensino superior público e privado, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a partir de 2004.

Percebe-se que o público atendido nas organizações, moradores da região, antes de constituírem um grupo homogêneo, coeso e estático preconizado pela ideologia da vida em comunidade e nas justificativas das ações assistencialistas e de ajuda, é marcado por processos socioterritoriais complexos, que geram mudanças do ponto de vista econômico, político e cultural.

Deste modo, frente ao que foi apresentado, adotamos como principal referencial teórico a discussão sobre pobreza realizada por Santos (2013), Silva (2010) e Yazbek (2012); a discussão sobre urbanização brasileira realizada por Maricato (1996) e Santos (2005); a concepção teórica sobre território proposta por Santos (2017) e os estudos sobre a ação e desenvolvimento local elaborado por Zaoual (2006), Ribeiro (2013) e Sawaia (2001).

Como metodologia de pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico e documental sobre a Região Central Histórica de Santos para analisar suas transformações socioterritoriais e identificar a relação destas com as principais demandas da população. Também realizamos observações de campo sistematizadas e uma entrevista semiestruturada com a assistente social da organização sócio-assistencial citada anteriormente.

Este artigo está estruturado em três partes: 1. *Pobreza e Urbanização* que procura traçar uma discussão sobre a pobreza e sua relação com os processos da urbanização brasileira; 2. *Ação, Território Usado e práticas sociais*, que busca compreender a relação entre ação e território, situando a importância desta articulação para movimentos de resistência; por fim, 3. *Algumas aproximações sobre as estratégias de sobrevivência dos moradores da Região Central Histórica de Santos frente à pobreza e transformações socioterritoriais*, com uma proposta de articulação entre o campo teórico-conceitual e os dados obtidos em campo.

Pobreza e Urbanização

Entender a pobreza pressupõe o movimento indispensável de conhecê-la para além do campo estatístico e econômico. É necessário tomá-la como uma questão historicamente determinada, na qual sua medida só pode ser dada através da explicitação dos projetos sociais e econômicos que a sociedade elege como prioridade na atualidade (SANTOS, 2013).

Os conceitos e recursos teóricos e técnicos utilizados para a compreensão da pobreza deveriam ser dinâmicos e articulados entre si, dado que isoladamente não dão conta da discussão. A noção de pobreza não pode ser única e imutável, mas demanda um conjunto de articulações teóricas que nos aproximem da realidade nos territórios. Pois “*os recursos postos à disposição do homem, em termos de sua posição em escala social, mudam com o tempo e lugar*” (SANTOS, 2013, p 17).

A concepção de pobreza adotada neste artigo leva em conta sua compreensão enquanto uma expressão da questão social, que por sua vez, pode ser tomada como o conjunto de expressões da desigualdade social gerada e alimentada pelo modelo de produção capitalista. Sua causa principal é o conflito entre capital e trabalho que advém do processo de produção cada vez mais coletivo e que tem o produto final monopolizado e privatizado pelas classes detentoras dos meios de produção (IAMAMOTO, 1998).

Deste modo, a pobreza é um fenômeno complexo, multidimensional e estrutural em uma sociedade capitalista na qual o sistema de produção se institui na e pela expropriação e exploração da força de trabalho. O capitalismo para sua reprodução reparte o produto de modo desigual entre as classes sociais, instituindo um processo excludente que gera, reproduz e faz a manutenção da pobreza (SILVA, 2010). Pode-se dizer, contudo, que a pobreza não se resume apenas à privação de bens materiais, mas também a privação ou a “*carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças*” (MARTINS, apud YAZBEK, 2012 p 03). Enquanto forma de inserção na vida social, a pobreza não pode ser naturalizada, mas deve ser pensada historicamente e socialmente construída em torno da desigualdade e de relações de gênero, raça, classe, etnia (YAZBEK, 2012).

A pobreza pode também ser analisada, em conjunto com as relações de produção capitalistas, diante do modelo espacial de urbanização brasileira. Durante séculos o Brasil foi um país marcado por uma estrutura agrícola. Nosso processo de urbanização se constituiu de forma seletiva, na qual os primeiros centros urbanos surgiram na região litorânea, em específico no nordeste do país. Este quadro começa a sofrer mudanças significativas na segunda metade do século XIX, com o crescimento da produção de café, que para além de tornar o estado de São Paulo um grande polo produtivo, também demandou a implantação de meios técnicos para agilizar o escoamento da mercadoria, como as estradas de ferro, a modernização dos portos e a criação de meios de comunicação. Sob incentivo do Estado, têm início grandes transformações nas cidades para adaptá-las às necessidades de administração e exportação que o mercado agrícola exigia na época. Estas transformações instituíram uma nova fluidez ao território brasileiro, que somada à abolição da escravidão e emergência da mão-de-obra livre, contribuiu para a chegada de outras formas capitalistas de produção, trabalho e consumo, facilitando a expansão urbana (SANTOS, 2005; MARICATO, 1996).

Assim, no início do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como sinônimo de avanço e modernidade, carregando em si a promessa de um desenvolvimento nacional com expectativa de superação da herança colonial e da escravidão. Em 1930, o Estado brasileiro começa a incentivar a industrialização, a construção de uma infraestrutura própria e outras medidas que somadas à regulamentação do trabalho urbano e o desprezo pelas relações trabalhistas do campo, reforçaram o movimento migratório da população para a cidade. O futuro estava na cidade. Entretanto, este futuro revelou-se, no final do século XX, em uma associação das cidades brasileira com a violência, poluição, enchentes, extensas áreas de concentração de pobreza, população em situação de rua, dentre outras características próprias de um desenvolvimento desigual (MARICATO, 2003).

Portanto, a pobreza no Brasil também é uma consequência de um desenvolvimento nacional que centraliza toda riqueza socialmente produzida, detém uma grande concentração de

latifúndios e favorece o crescimento da especulação imobiliária em determinados espaços do meio urbano, estabelecendo relações territoriais de extrema desigualdade social (SILVA 2010).

As cidades brasileiras, desde sua gênese, têm uma tendência de ordenamento que passa por acordos entre o Mercado e o Estado, em que a lógica do primeiro e suas necessidades de ampliação do consumo se sobressaem. Tal movimento institui uma estrutura física de distribuição de recursos e serviços desigual, gerando e contribuindo para a manutenção da pobreza e impedindo, por vezes, o acesso da população aos seus direitos (SANTOS, 2005). Trata-se de uma urbanização e seu gerenciamento a serviço da especulação econômica, que carrega como principal contradição uma urbanização desordenada nas periferias das cidades e o adensamento das expressões da questão social, como a pobreza, para as populações que nelas habitam.

Entretanto, as cidades também são aglutinadoras de lugares que carregam possibilidades de resistências manifestadas a partir das ações humanas políticas, sejam elas organizadas ou de caráter de sobrevivência, focalizadas na resolução de necessidades tidas como individuais. Com essa percepção, faz-se importante desdobrar as relações entre território e ação, buscando caminhos para melhor compreender as resoluções elaboradas pelos sujeitos diante das necessidades e demandas concretas por eles vividas.

Ação, Território usado e práticas sociais

A ação ultrapassa uma compreensão individual, e ganha contornos mais densos como estratégia política. Nesse sentido, para Ribeiro (2003), pensar a ação política como estratégia demanda uma relação com o uso do território como espaço das relações construídas pela sociedade.

Aqui, estreitamos o diálogo com a geografia humana de Milton Santos (2017), que indica uma forma de análise do território e da sociedade, que rejeita a noção clássica da dimensão física do espaço, dando ênfase para sua constituição pela via dos usos feitos pelos sujeitos, através das relações e dinâmicas sociais estabelecidas. Portanto, trata-se de analisar o espaço geográfico, o território usado, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos, instituídos historicamente pela humanidade ou os naturais,

e sistemas de ação, que se refere ao campo dos projetos, intenções e transformações.

Em outras palavras, o território é composto por objetos construídos pelos seres humanos como os cortiços, empresas, porto, ruas e avenidas, no caso da Região Central Histórica de Santos, e objetos naturais, morros, mangue e mar, elementos que compõe a relevo natural. Os objetos irão estabelecer uma relação sistêmica indissociável com a ação, intencionalidade humana que conferem usos sobre a cidade, e irão compor a esfera social em suas contradições e desigualdades socioespaciais.

Nenhuma abordagem sobre território pode deixar de considerar as peculiaridades do sistema capitalista: o mercado, na ocupação e distribuição socioespacial das populações; a centralidade do trabalho; a influência política das instituições e do Estado. Nesse sentido o território usado também deve ser analisado enquanto um campo de forças contraditórias em constante embate, atravessado pelas mais diversas intencionalidades das esferas políticas, econômicas e sociais. Ou seja, como uma arena onde Estado, mercado e sociedade civil se opõem, disputam ou compartilham recursos e informações (SOUZA, 2001).

À essas relações contraditórias, Santos (2017) irá apontar a coexistência de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são as contiguidades das relações dentro do território, que constituirão a base da vida comum, enquanto que as verticalidades são desordenadas, pontos distantes uns dos outros instalados em regiões, ligados aos serviços e interesses do mercado que tendem, através da exploração de recursos, a desgastar as horizontalidades e contribuir para o adensamento da pobreza e outras expressões da questão social.

Para Ribeiro (2013), no caso do Brasil e de outros países periféricos, as lógicas globais que se impõem sobre os lugares, sem qualquer relação com a população, acabaram por tornar cada vez mais distante um projeto efetivo de desenvolvimento nacional. Portanto, existe nas últimas décadas uma tentativa de elaboração de projetos para superar esta problemática: o desenvolvimento local. Trata-se uma recusa às lógicas de desenvolvimento que não se relacionam com a vida local e que historicamente foram responsáveis pela extinção de culturas e saberes locais, pela exaustão de recursos naturais

e pela expulsão de populações. Entretanto, o desenvolvimento local é uma noção na qual seus conteúdos estão em disputa por diferentes interesses, sejam eles econômicos, políticos, pelos mediadores do tecido social juntamente com a administração pública, como no caso de organizações socioassistenciais, igrejas, movimentos sociais, partidos, sindicatos, entre outros.

Para uma melhor compreensão a respeito desta disputa é necessário compreender a historicidade dos lugares e das transformações que os diferentes projetos provocam. Para isso Hassan Zaoual (2006) trabalha com aspecto simbólico do local, que escapa, por vezes, às análises que o tomam apenas em sua dimensão socioeconômica. São exemplos desse aspecto simbólico as práticas dos sujeitos em sua relação com os mitos fundadores, os valores partilhados, os sofrimentos, as experiências e revoluções do grupo humano que ali habita. Estão presentes também os conhecimentos comuns, empíricos ou teóricos, organizados como modelos de comportamento e de ação.

Os lugares são uma concepção evolutiva do mundo, no qual são feitas as seleções de elementos que chegam de fora para relacionar-se com o que já existe na tradição, contribuindo para a efetivação de práticas locais. Sendo assim, projetos e planejamentos que chegam aos lugares, sejam a partir de uma lógica global sem articulação com as dinâmicas locais ou sejam pela lógica de desenvolvimento local, passam por uma seleção através da ética dos lugares, filtrando elementos que podem ser utilizados e adaptados para a renovação e avanço local, contribuindo para a resolução de problemas cotidianos (ZAOUAL, 2006).

A partir do discutido e da tentativa de evidenciar as contradições e dinâmicas locais, pode-se dizer que existe nos lugares do território certa arte, "*a arte de 'resolver' a vida*" nas palavras de Ribeiro (2013, pg.118). Esta, apesar de conter elementos que evidenciam a desigualdade da sociedade, sem dúvida indica possibilidades de construção da autonomia dos sujeitos, que elaboram suas liberdades e criam estratégias diante da vida. Desta forma, a luta contra a desigualdade pode se somar com a resistência e solidariedade dos habitantes que constroem o lugar.

Cada ação humana possui uma intencionalidade e um conjunto de valores reveladores

da expectativa que lhe confere significado e, por fim, delimitam as possibilidades de decisão na vida diária. Nessa perspectiva a vontade não é descartada enquanto um componente da ação. A vontade, articulada a condições e necessidades, gera demandas e projetos no coletivo, criando possibilidades para a ação transformadora, o que complexifica sua compreensão, inserindo na relação entre demandas e projetos coletivos, os afetos como mais um componente (RIBEIRO, 2015; GRAMSCI apud KURKA, 2008).

Sawaia (2001), em diálogo com o filósofo Espinosa, propõe que cada ação, seja individual ou coletiva, contém também um componente afetivo. O afeto é, portanto, determinante na construção de valores éticos. Deste modo, tomando a participação como uma das faces da ação política, entender que a vontade e a subjetividade⁴ são inerentes à ação, é aceitar que agir é uma necessidade do sujeito e “*é imanente da condição humana*”, pois “*é a paixão que leva os homens comporem com outros homens*” (ibidem, p. 123).

Neste sentido o sujeito é o sujeito da paixão e do afeto, que sente o mundo e o interpreta nos diferentes modos de participar na sociedade. O que o impulsiona é também o desejo de maximizar sua potência de ação, o desejo de ser livre e feliz⁵.

Estas reflexões nos levam a pensar em um sujeito que se constrói em suas relações, que não é único, determinado, nem universal ou a-histórico, mas situado relacionalmente no lugar e atravessado por processos históricos, sociais, econômicos e culturais. Portanto, a produção de um sujeito é inseparável das marcas sociais, pois:

“O sujeito não é desencarnado, um ponto de ocorrência das contingências sociais que mobilizam a participação social, ele é um sujeito de carne e osso, que se apropria delas, com

maior ou menor potência de ação, a depender das mediações sociais [...] sua condição de existência é relacionar-se e ser configurado pelas mediações sociais” (SAWAIA, 2001 p. 122).

A seguir, à luz do referencial teórico, procuraremos realizar aproximações reflexivas que apontam para uma análise das estratégias de sobrevivência como ação dos sujeitos, moradores da região da cidade.

Algumas aproximações sobre as estratégias de sobrevivência dos moradores da Região Central Histórica de Santos frente à pobreza e transformações socioterritoriais.

A Vila de Santos se inicia na metade do Século XVI e até o final do sec. XVIII pouco se expandiu. Seu desenvolvimento se deu basicamente pela economia de subsistência, tornando a região menos valorizada para a exportação. Por essas razões, segundo registros resgatados por Mello (2008) a vila de Santos era pouco povoada e tinha pouca importância econômica, o porto de Santos, sendo constituído de trapiches, servia como um “apêndice” do porto do Rio de Janeiro.

O crescimento e a urbanização de Santos se intensifica quando a economia cafeeira passa a ser valorizada e a região sudeste começa a ser o centro das lavouras de café. Por demanda para o escoamento do café do planalto, Santos passa a ser o principal foco de exportação, exigindo uma expansão e modernização o porto. Durante os anos de 1856 a 1859, inicia-se um estudo para a implantação de uma malha ferroviária ligando Santos ao Planalto e em 1867-1868 é inaugurada a estrada de ferro Santos x Jundiaí, conhecida como São Paulo Railway. O processo de valorização, a implementação da ferrovia e modernização do porto provocou uma explosão populacional entre os anos de 1890 e 1900, multiplicando por cinco o número de habitantes da cidade em dez anos, chegando à 50.393, representando 93% do total da população que existia nas cidades de Santos e São Vicente. Para além da valorização da cidade como um polo de exportação, vale pontuar que o crescimento populacional também se deve às atividades abolicionistas que existiram na região, contando com dois quilombos: Jabaquara, situado no bairro do Valongo e o Pai

⁴ Subjetividade e objetividade são entendidas aqui como parte de uma mesma substância que irá constituir o sujeito. Neste sentido a subjetividade não é mais compreendida como algo incontrolável do campo das emoções, paixões e afetividade que deve ser negada para uma maior efetividade da ação.

⁵ Para autores espinosanos o ser humano que usa sua razão de modo adequado é aquele que busca a maximização de sua potência, de modo que a paixão é transformada em ação para tornar-se livre. A felicidade é, portanto, compreendida enquanto sinônimo da liberdade, que pode ser alcançada a partir do uso adequado da razão, na busca da transformação dos desejos e paixões em ação (LIMA, 2008).

Felipe, situado na Vila Mathias. Estima-se que entre o período de 1890-1900, cerca de 2.000 pessoas, população negra e indígena recém abolida, estavam na região (MELLO, 2008; SANTOS, 2007; ROSEMBERG, 2004).

Em 1911 ocorre a ampliação da Estrada de Ferro Brazilian Railway ligando a cidade também a região sul do país, e em 1922 é inaugurada a Bolsa do Café, consolidando a cidade como um grande centro comercial. Entretanto o crescimento da cidade de Santos, com o aumento populacional se deu com um olhar insignificante para mudanças sanitárias necessárias. A estrutura urbana e a característica de mangue e áreas pantanosas da região facilitaram o alastramento de várias epidemias como cólera, febre amarela, varíola e tuberculose vindas pelos navios que chegavam (MELLO, 2008).

O crescimento urbano também reforçou medidas segregacionistas no zoneamento dos novos bairros, Carriço (2012) em diálogo com Rolnik irá chamar esse movimento de “muralhas invisíveis” no qual a demarcação eficaz de um território social é orientada pelo preço das terras regulando o acesso aos loteamentos.

Assim, como aponta Mello (2008), ao longo da primeira metade do século XX a Região Central, apesar de ainda ser uma região rica em comércio, foi sofrendo um processo de substituição de classes sociais. As elites com o aumento populacional já estavam se afastando para bairros contíguos como Vila Nova e Vila Mathias. Com a pouca efetividade do controle das epidemias, começaram a se distanciar ainda mais da região portuária, iniciando o processo de urbanização da orla marítima, também sustentado pelo ideal estético europeu de vista para o mar trazido pelo capital estrangeiro que chegava na cidade.

Em 1929 houve a quebra da Bolsa de Nova York e os efeitos da crise foram sentidos pela população santista em 1931 quando, por iniciativa do Conselho Nacional do Café em conjunto com o Governo, se deu a incineração de toneladas de café na região do porto. Esses fatos estão documentados nos jornais que circulavam na época como *A Tribuna* (1931) e *a Folha da Manhã* (1931). Esta última chegou a narrar a decadência da economia cafeeira e o “sufocamento da praça do comércio de Santos”.

A crise de 1929 e seus efeitos podem ser considerados o marco final da substituição de

classes, com as elites habitando a orla da praia e a decadência da economia cafeeira, a Região Central Histórica começa a perder sua importância econômica.

Um ponto importante a salientar aqui é que existe pouca bibliografia sobre a região no período da ditadura militar (1964-1985), sendo que o que se encontra disponível são algumas produções sobre o desenvolvimento do porto e crônicas sobre a chamada zona (Boca de Santos) e a prostituição. Em 1964, ano da instituição da Ditadura Militar, Santos não declarou apoio às forças recém empossadas do Estado Ditatorial devido à forte resistência do movimento sindicalista local. A cidade tornou-se área de segurança nacional, não podendo eleger seus prefeitos democraticamente até o ano de 1985.

Em 1970, o porto recebe investimento para a construção do corredor de exportação. Começam a se instalar empresas como COSIPA e ULTRAFÉRTIL no final do cais com terminais de embarcação próprios. No mesmo período é inaugurada uma nova estrada para comunicação da região com o planalto, a Rodovia dos Imigrantes, que acabou por ligar também com outros estados como Rio de Janeiro e a Região Sul do país. A industrialização, obras no porto e o crescente mercado imobiliário na cidade de Santos atraíram trabalhadores com baixa qualificação e pouca renda, impossibilitados de acessar o perímetro burguês da cidade, iniciou-se um processo de ocupação de áreas ambientais frágeis por favelas e o adensamento dos cortiços na Região Central Histórica (CARRIÇO, 2002; CARRIÇO, 2004).

Portanto, entre as décadas de 1930 e 1940 até início dos anos 2000, a Região Central Histórica de Santos esteve fora da atenção da prefeitura e do percurso de parte da sociedade santista, exceto por algumas intervenções e trabalhos durante a década de 80-90. Com esse abandono, acentuou-se a pobreza, a periculosidade, as zonas de prostituição, o tráfico e consumo de drogas, e há um aumento de cortiços, trabalho infantil e demais características que marcam a região ainda hoje (KURKA et al. 2013).

Como Araújo e Pereira (2008) assinalam os antigos casarões que eram habitados pelas famílias ricas, perdem seu valor imobiliário, passando a ser sublocados por diversas famílias. Inicia-se então um lento processo de aglomeração de habitações coletivas, os famosos cortiços,

que permanecem como parte viva da história da região. A entrevistada, em um trecho, relata as dificuldades no que tange morar dentro das habitações coletivas.

“Posso dizer que hoje é mais gritante a questão habitação porque tem cortiço aqui que é esse espaço [metade de um quarto] e eles cobram 600 reais. O banheiro é coletivo, as vezes até falta água e luz, ficam nessa situação.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016)

Para além da exploração dos locatários das casas sobre as famílias, existe também a insalubridade.

“[...] as mães que frequentam a organização colocam muito questões referentes à habitação, por que estão pagando para os outros e as vezes tem umidade, e outros problemas. Se consertam elas perdem o pouco dinheiro que tem, o dono da casa fala que se reformar é por conta delas, ele não desconta do aluguel.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016)

Em fevereiro de 2003 a Prefeitura Municipal deu início ao programa Alegria Centro⁶, buscando aperfeiçoar as áreas já estruturadas e melhorar a infraestrutura urbana para adequar a região frente a modernização da cidade.

Malavski (2011) aponta que as intervenções municipais e seus programas de revitalização, ao carregar um paradigma empresarial, transformam parte da Região Central Histórica em uma mercadoria inserida no circuito da economia global. Realiza-se um processo de (re)valorização que acabam por garantir a “venda” deste espaço para iniciativas dos setores privados, de cultura e lazer. Com isso há também um reforço de um

projeto de higienização do espaço que implica na expulsão de pessoas e atividade que não se enquadram na nova organização do espaço que segue às ordens da economia global.

Frente às dificuldades de habitar um cortiço e ao projeto de revalorização da região que acaba por aumentar a especulação imobiliária, surgem movimentos organizados na luta por moradia, que se revelam uma estratégia coletiva em busca de solucionar o problema de moradia.

Desta forma, a luta por moradia no centro de Santos teve início em 1996 com a fundação da Associação de Cortiços do Centro (ACC). A primeira mobilização da ACC ocorre em 2001, quando o governo do Estado de São Paulo promove através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) o Programa de Atuação em Cortiços (PAC-CDHU). O programa visava a construção de 600 moradias no centro histórico entre 2001 e 2006, entretanto foi descontinuado, deixando apenas 113 unidades construídas. A descontinuidade do PAC-CDHU levou a associação a buscar, através da autogestão, formas de assegurar a moradia digna para os habitantes da região (CENTRO GASPARGARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012).

A entrevistada comenta sobre a organização autogestionada dos moradores:

“...se organizaram um tempo por causa da habitação, tanto que elas tinham um dia na semana que diziam que tinham que ir para a obra fazer um mutirão, não sei te responder o que foi que aconteceu, de repente isso sumiu, elas mesmas se sentiram frustradas.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016)

Em 2005 a Associação de Cortiços do Centro organizou a Comissão de Habitação, que tinha como principal responsabilidade “conhecer experiências de outros movimentos de moradia e buscar parcerias para viabilizar empreendimento habitacional com autogestão” (CENTRO GASPARGARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p.65). Com isso a associação estabelece parceria com a Ambienta - Assessoria e Desenvolvimento Local, organização que presta assessoria para movimentos de moradia. Inicia-se a construção, através de mutirões, de um conjunto habitacional em um terreno concedido pela Secretaria do

⁶ Lei Complementar nº 470 de 05 de fevereiro de 2003 que cria o programa Alegria Centro em seu Art. 5º discorre sobre seus objetivos: “I – promover intervenções urbanas na área de abrangência visando melhoria na paisagem urbana; II – criar incentivos fiscais para investidores privados interessados em recuperar ou conservar os imóveis instalados na área de abrangência; III – promover a preservação e recuperação do meio ambiente construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico; IV - desenvolver ações que potencializem a implantação de atividades econômicas, turísticas e culturais na área de abrangência; V – (VETADO) VI – incentivar a implantação de comércio varejista de qualquer natureza e prestações de serviços nos logradouros públicos destinados para funcionamento destes estabelecimentos pelo período de 24 (vinte e quatro) horas nas áreas de abrangência.”

Patrimônio da União. Entretanto, atualmente as obras encontram-se paralisadas.

Trabalho e Renda

Santos apresenta índices de desenvolvimento comparáveis aos dos países europeus, como por exemplo, sua pirâmide etária com um desenho invertido representando a queda das taxas de natalidade e mortalidade do e um aumento da população idosa. Ainda assim, estes indicadores analisados de modo geral não conseguem dar conta da realidade das regiões mais pobres da cidade como os Morros, Zona Noroeste e a Região Central Histórica. Dados do Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos (2014) apontam que estas regiões ainda concentram baixas taxas de envelhecimento e altas taxas de nascimento, bem como uma grande parcela da população ainda em idade produtiva e em condições de pobreza e trabalho informal.

Ao analisar os dados do referido Diagnóstico sobre as entradas de famílias nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade, é possível apontar que o CRAS-Centro concentra o maior número de registros ativos, com um total de 3.161 famílias, totalizando 10.352 pessoas. A renda per capita inferior ou igual a setenta reais compõe a realidade de 70% das famílias da região.

A partir da observação de campo, percebemos que o centro de Santos possui um grande número de estabelecimentos comerciais onde os trabalhadores são moradores de outras regiões e cidades vizinhas. Em diálogos espontâneos na rua, foi possível entrar em contato com sujeitos moradores da região que relataram sua trajetória e conhecimento dos fluxos cotidianos, através do trabalho informal⁷ no comércio ambulante.

[...] no bairro Paquetá, um senhor vendedor ambulante, comentou “parece que não, mas vendo mais a noite, de madrugada, do que de dia!”, perguntei: é mesmo, e o que o senhor vende?, “chup chup natural, já fiz 60 reais por aqui andando ao redor, vendo por 1 real e acredita, que faturei mais a noite que de dia?”, fiquei parada por um tempo refletindo

que existe mais vida nesta parte da cidade do que eu imaginava, puxei mais assunto com o vendedor: para quem você vende de dia e a noite?, “ah a noite eu vendo para caminhoneiros, prostitutas, para qualquer um que passa na rua; durante o dia as pessoas estão correndo e não notam a minha presença. (trecho do diário de campo, do dia 26 de novembro de 2016).

Em relação às mulheres atendidas pela assistente social da organização socioassistencial localizada no bairro Vila Nova, a entrevistada relata os desafios implicados na responsabilidade de ser mãe, na ausência de redes de suporte e ajuda para criação dos filhos, e as dificuldades do trabalho noturno informal como ambulante. Dessa forma, se desenha uma rede informal composta por mulheres que assumem, em troca de dinheiro, a responsabilidade de cuidado temporário dos filhos de outras mulheres; estratégia forjada na relação entre os sujeitos habitantes do local e que reflete a necessidade de obter renda diante da falta de um emprego estável.

“As mães, a maioria delas, é mãe e pai, e aí elas não tinham com quem deixar os filhos e ficavam desesperadas para pode trabalhar, fora o absurdo do valor que eles [vizinhos] cobravam, R\$ 25 reais por criança, para ficar com elas. E aí, como é que ficavam essas mães? Trabalhando e trabalhando apenas para pagar alguém para cuidar dos filhos.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016).

Entre as décadas de 1930 a 1970 iniciou na região uma forte movimentação noturna, com as casas de shows conhecidas pelos teatros de cabaré e pelas propagandas como “*served by girls*”. Crônicas publicadas no jornal A Tribuna por Bandeira Junior (1962) mapeiam a região que ficou conhecida como “Boca de Santos” (em referência à famosa Boca do Lixo de São Paulo) que se estende do início ao fim da Rua General Câmara no bairro Paquetá, ocupando pequenas ruas adjacentes. Facilitado pela região portuária, tratava-se de um comércio diverso de restaurantes, bares, casas de shows e discretos bordéis que atraíam a população da cidade, de outras partes do país e de imigrantes que chegavam nos navios do porto. A movimentação da Boca de Santos colaborou para a instituição da prostituição

⁷ Autores como Martins (1998) e Santos (1992) realizaram na década de 1990 trabalhos de pesquisa com moradores e trabalhadores informais, como carrinheiros e prostitutas, na Região Central Histórica.

na Região Central Histórica de Santos. Estes fatos, hoje, fazem parte da narrativa histórica presente no cotidiano das famílias.

Esta população que trabalha no circuito informal da prostituição apresenta características e demandas muitas vezes atendidas pelas organizações assistenciais que as percebem através do convívio cotidiano na região.

“Muitas das trabalhadoras do sexo nunca tiveram nenhuma oportunidade de estudar, a gente fez parceria com o curso de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Então elas perceberam outras oportunidades e saíram da rua. De dez mulheres que trabalhavam no período noturno, só duas continuaram, porque disseram que era uma função que elas gostavam, mas a gente conseguiu que elas pelo menos terminassem o ensino médio, porque chegaram aqui com o ensino fundamental incompleto” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016).

Dados do Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos (2014) indicam também que a taxa de trabalho infantil na região, na faixa etária dos 10 aos 13 anos, é a maior da cidade, com um índice de 3,5%, quase 1% maior do que nas outras regiões. Os dados também apontam que a região tem um dos maiores índices de população não-alfabetizada⁸ da cidade, junto de outras em condições de pobreza e vulnerabilidade social, como os Morros e Zona Noroeste.

É possível dizer, a partir da fala da entrevistada, que o trabalho infantil na região abrange também a prostituição. Incentivada por mulheres adultas que também tiveram o mesmo percurso, a prostituição é naturalizada como possibilidade de projeto de vida e como uma forma de sustentar a família. Contudo, através da educação outras escolhas e oportunidades podem ser experienciadas.

“Uma boa parte das mulheres foram iniciadas na prostituição pelas próprias mães, então elas só conhecem isso como trabalho. Eu tive algumas usuárias que fizeram o ensino fundamental e outras não, eram analfabetas, e a gente estimulou os estudos. [...] o trabalho delas iniciava a partir das 23hs, mas das 19 às 23 horas tem esse espaço onde filho fica

aqui, sendo cuidados, e elas podem aproveitar para estudar. Com o estudo elas viram outras oportunidades que ninguém nunca ofereceu, a não ser como trabalhadora do sexo.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016).

Acesso a rede de serviços socioassistenciais

É possível perceber através de algumas falas da entrevistada, a dificuldade de acesso a serviços da rede de atendimento das políticas sociais como parte do cotidiano das famílias. A organização socioassistencial, pela proximidade e vínculo com as usuárias no período noturno, acabam atendendo às outras demandas expressas, revelando um grau de escuta singular das demandas, expressões da questão social.

“Atendemos 50 famílias, fora os avulsos, que são os antigos que qualquer coisa que precisam vem, e a gente faz atendimento. Porque o que acontece, como nosso projeto é noturno, depois das 17hr “tu” não tem pra onde correr, ai acabam vindo para cá porque o CRAS tá fechado, o CREAS tá fechado, o Conselho Tutelar agora tá mudando o término do turno das 18 horas para 19 horas, então qualquer problema acabam parando aqui, porque eu sempre fico mais próximo ao período noturno.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016).

Chama a atenção que as mulheres inseridas nos projetos da organização socioassistencial em foco façam indicações do serviço para seus pares e conhecidos convidando para participar outras mulheres que também necessitam de orientação e cuidado; movimento este que evidencia o funcionamento de um diálogo solidário entre os moradores da região.

“Também uma traz a outra quando vem aqui, ai quando você vai ver.... teve uma época que eu fiz um levantamento, eu atendia mais de 100 famílias.”

Pela entrevista é possível ter uma percepção de que, em certa medida, a organização também têm estratégias para o atendimento das famílias e dialogam entre com as usuárias para formular melhores respostas aos atendidos, assim como a estratégia de manter a “ porta aberta

⁸ De 10.352 pessoas atendidas no CRAS-Centro, 16,13% não são alfabetizadas, ou seja, cerca de 1.670 pessoas.

“, para que a população se utilize do espaço quando necessitar.

“Com a comunidade no geral é sempre assim, as portas estão abertas, as vezes a gente não pode ajudar financeiramente ou com alguma coisa, mas a gente pode ajudar com uma orientação da minha parte, um caminho, ligo para o CRAS, as vezes para uma outra instituição que pode estar sabendo de algo que a gente não sabe.” (Entrevista com a Assistente Social realizada no dia 25 de novembro de 2016).

Diante destas aproximações reflexivas sobre as estratégias de sobrevivência dos moradores da Região Central Histórica de Santos frente à pobreza e as transformações socioterritoriais percebemos inúmeras temáticas transversais para serem aprofundadas em trabalhos posteriores.

Considerações Finais

O trabalho levantou questões temáticas importantes e complexas sobre os sujeitos que habitam a Região Central Histórica de Santos, assim como sua dinâmica cotidiana, recursos disponíveis, necessidades e demandas dos moradores. Foi possível identificar que as dinâmicas socioterritoriais presentes na região são constituídas por projetos individuais e coletivos, muitas vezes antagônicos, que se sobrepõe, formando uma relação complexa com dificuldades, oportunidades e possibilidades que se materializam no lugar.

No que diz respeito às estratégias de trabalho e renda dos sujeitos, é possível observar um grande campo informal que se desenha como uma economia própria do lugar, abrangendo desde o comércio ambulante, até a prostituição e o tráfico de drogas. O setor informal é utilizado enquanto uma possibilidade dos sujeitos se sustentarem no lugar, assim como uma estratégia para sobreviver à pobreza e mudanças na região operadas a partir de interesses econômicos descolados da dinâmica das vidas locais, muitas vezes atrelados ao porto de Santos e ao turismo nas praias.

Sobre a questão da habitação, vê-se que os cortiços são moradias historicamente populares utilizados como estratégias para ganhos

financeiros de sujeitos, com maior poder econômico, interessados em obter lucro a partir da demanda local por moradia, estabelecendo altos preços para sublocação de quartos pequenos e insalubres. Entretanto, frente aos problemas de moradia, é possível encontrar ações coletivas em busca de solucionar o problema, um exemplo é o crescimento de movimentos sociais locais que lutam por moradias.

Existe na região um déficit educacional, que segundo a análise do Diagnóstico Socioterritorial (2014), colabora para o adensamento das situações de vulnerabilidade. Através dos dados obtidos é possível perceber que parte dos sujeitos atendidos pela organização socioassistencial tem o ensino fundamental incompleto ou não são alfabetizados, exercendo trabalhos na prostituição ou no setor informal, como no caso dos vendedores ambulantes. Esses dados nos aproximam da realidade do subemprego e exploração da população local.

A rede de serviços públicos e privados socioassistenciais da região serve de apoio para os moradores. Se estabelece em certa medida, uma dinâmica entre os moradores e as organizações que tentam se aproximar das transformações locais. Os serviços podem constituir-se enquanto oportunidades para os sujeitos que habitam na região e que se mobilizam estrategicamente para a criação de novas possibilidades de ações, sejam individuais ou coletivas, no enfrentamento das mudanças socioterritoriais.

Se no passado a percepção de um grupo ou organização socioassistencial levava ao entendimento, preponderantemente, de uma cultura e ideologia nas suas ações centradas apenas na filantropia, hoje a realidade social com suas transformações e a presença de um marco regulatório, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), influencia estas mesmas organizações à uma outra postura. Nesta situação relatada, o público atendido é acolhido também na percepção das suas demandas e intencionalidades, possibilitando o fortalecimento de vínculos entre a população, organização socioassistencial e território.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Larissa Oliveira Gonçalves de; PEREIRA, Mariene dos Santos. **A vida nos cortiços: o cômodo e**

o incômodo panorama do atendimento Habitacional no Centro de Santos. 2008. Disponível em: <http://www.cibs.cbci.org/arquivos/A%20VIDA%20NOS%20CORTICOS%20-%20O%20COMODO%20E%20O%20INCOMODO.pdf>>. Acesso em 28 de Out.de 2014.

BANDEIRA Jr, J. Na boca, o teatro de cabaré. Depoimento publicado em A Tribuna e compilado in. GUIMARÃES, C. **Memórias do Teatro de Santos.** Prefeitura de Santos, 1996.

CARRIÇO, José Marques. O plano de Saturnino de Brito para Santos: urbanismo entre o discurso e a prática. In: Cristina de Campos; Fernando Antique; George Alexandre Ferreira Dantas. (Org.). **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território.** 1ed.São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013, v. 1, p. 141-169

CARRIÇO, José Marques. **Urbanismo a beira mar: uma história do processo de regulação urbanística e segregação espacial na Baixada Santista.** Dissertação - SHCU Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.8, n.4, 2004.

CENTRO GASPARD GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Moradia é Central - lutas, desafios e estratégias.** Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1512/1512.pdf> . Acesso em 04 de fev de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** - Ensaio Críticos. São Paulo: Cortez, 1996.

KURKA, Anita Burth. **A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolandia.** (tese de doutorado em Serviço Social), PUC-SP, 2008.

KURKA, Anita; FERRAZ, Ivelize; ANASTÁCIO, Juliana. Região Central Histórica de Santos e o Território Usado: Síntese de Múltiplas Determinações. **Revista de Cultura e Extensão USP**, v. 10", 2013.

LINS, Jurema Quintella Marreiro. **A política municipal de habitação de Santos-Sp nas gestões de 1989/1996: A proposta metodológica participativa do projeto de urbanização integrada da favela do dique.** Tese de Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 1999.

LIMA, Orion Ferreira. O Conceito de Felicidade em Espinosa. *Filogênese* (Marília), v.1, p. 99-107, 2008.

MALAVSKI, Paula Dagnone. O processo de revalorização do centro histórico de Santos (SP):

seus agentes e seus embates, Mestrado em Geografia pela USP. Ano de Obtenção: 2011.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**, São Paulo, Hucitec, 1996.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estududos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Aug. 2003 . Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. **Desafios da Gestão Municipal Democrática - Santos.** São Paulo: Pólis/Josué de Castro, 1998.

MELLO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo, 2008.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2, n/3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. (Pp: 41-50).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Secretaria de Assistência Social (SEAS). **Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos**, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida.** Por uma Sociologia do Presente. *Letra Capital*, 2013. p.75-89.

_____. **Teorias da Ação.** *Letra Capital*, 2015.

ROSEMBERG, André. XVII Encontro Regional de História. Processos sociais e justiça em Santos, na década de 1880 - O abolicionismo e o caso do Jabaquara. 2004.

SANTOS, Cynthia R. de A. E. dos. **Santos das avenidas: a moradia burguesa no início do século XX** - Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP –São Paulo, 2007.

SANTOS, Marly Carvalho de Soares. **Uma atividade informal e sua expressão no processo produtivo: análise histórico-social dos carrinheiros de Santos.** Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Ano de Obtenção: 1992.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. – 3.ed., 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

_____. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SAWAIA, Bader. “Participação Social e Subjetividade”. In: SORRENTINO, M. (coord.). **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p.114-134.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul.dez. 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, June 2012.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006.